

A ocupação da Amazônia, um grande desafio a ser enfrentado

Roberto Paranhos
do Rio Branco *

A Amazônia representa mais da metade do território brasileiro e é a maior floresta tropical do mundo. Pelo menos 50% do potencial hidrelétrico do País está localizada naquela região, onde estão, também, 12 milhões de hectares de várzeas e terras férteis. Ainda é a maior província mineral do mundo, tem 25 mil quilômetros de rios navegáveis e na Amazônia vivem 18 milhões de pessoas.



Levantamentos feitos por entidades ambientalistas mostram que 35% dos primatas, 61% dos anfíbios, 37% dos répteis e 11% dos pássaros são espécies endêmicas no Brasil, ou seja, só existem aqui. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU recomenda: "é no meio ambiente que todos vivemos; o desenvolvimento é o que todos fazemos ao tentar melhorar o que cabe neste lugar que ocupamos. Os dois são inseparáveis".

Essa dupla coleção de informações nos leva a uma reflexão muito grande sobre a Amazônia, cujo desenvolvimento correto é uma necessidade vital para o País.

A ocupação da região é, portanto, um grande desafio, pois importa em conhecimento profundo de suas riquezas e potencialidades. Assim acabaremos, de vez, com falácias do tipo "pulmão do mundo, filtragem de CO₂, terra arrasada, futuro deserto, destruição da camada de ozônio, efeito destruidor causado pelas queimadas".

Tais informações, somadas com notícias alarmantes e normalmente falsas sobre genocídios de índios, transitam com desenvoltura pela imprensa mundial. O problema torna-se ainda mais complicado quando não se informa corretamente que 92% de todo território amazonense está intocado, que 84% da emissão de dióxido de carbono na atmosfera é de responsabilidade de países como Estados Unidos, União Soviética, Japão e Europa.

A proposta brasileira para a Amazônia é muito clara, devendo promover a atualização do zoneamento geoeconômico e ecológico da região, com especificação de suas áreas de preservação, de utilização de recursos naturais, de exploração convencional, de reservas indígenas, sempre levando em conta a existência de seus diferentes ecossistemas.

Tal posicionamento, escoreado em programas flexíveis, deve estabelecer metas e ações na medida em que forem sendo adquiridas experiências e muito conhecimento. Não se pode, portanto, estabelecer um tipo de comportamento invariável e monolítico que leve, mais uma vez, ao erro grosseiro de destruir primeiro para depois construir, ou, o que é pior, reconstruir.

Dessa forma, a ocupação racional da Amazônia é uma questão relacionada à nossa integridade territorial e à segurança de nossas fronteiras. São quase 500 milhões de hectares, dos quais 280 milhões correspondem à parte mais

densa da floresta tropical, equivalentes a 57% de toda região. Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado confirmou que, nos últimos vinte anos, o desmatamento correspondeu a 25 milhões de hectares, não incidentes de forma integral sobre a floresta e ficando quase que totalmente sobre os cerrados, inclusive por questões técnicas de exploração agroindustrial.

Apesar da intensidade da ocupação, o total da área mobilizada para fins produtivos alcança cerca de 98 milhões de hectares na Amazônia (20% do território). Em 1988 a oferta de grãos — arroz, feijão, soja e milho — representou 12,7% de toda produção nacional, porcentagem quase idêntica para o rebanho bovino — 16,4 milhões de cabeças, 12,4% do rebanho nacional.

A região amazônica se destaca também pela produção mineral, não se verificando apenas nos garimpos isolados, como parece ser a convicção generalizada das pessoas. Grandes empresas, como Vale do Rio Doce, Paranapanema, asseguram milhares de empregos diretos, além de promoverem o desenvolvimento ordenado da região.

Finalmente, a Zona Franca de Manaus, criada em 1967, como uma área de livre comércio de importação e exportação, tem hoje em torno de 400 empresas, produz mais de 5 milhões de aparelhos eletrônicos e assegura emprego para cerca de 100 mil pessoas.

Entre erros do passado e acertos mais recentes do presente, muitas ações se destacam na preservação e correta exploração da região amazônica. Levantamento de imagens por satélite, em convênio com o respeitado Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), e a constante preocupação de órgãos oficiais e não oficiais que atuam naquela parte do Brasil são dois exemplos mais diretos.

A eles devem ser somados os pólos de desenvolvimento e os produtos auto-sustentados, este último o conceito mais recente em relação à Amazônia. No primeiro caso, os pólos de desenvolvimento, plantados especialmente ao longo dos eixos de penetração da região, acabaram por criar fazendas e empreendimentos agroindustriais que se transformaram em autênticos modelos.

Reservas de matas foram rigorosamente preservadas, na proporção de 50% das áreas tituladas. Montada completa infraestrutura para empregados e trabalhadores locais. Os pólos colonizadores trouxeram agricultores do Sul do País, na formação de progressistas centros urbanos, localizados em grandes fronteiras agrícolas, acabando por criar modelos de desenvolvimento auto-sustentado.

Com isso foram abertos os caminhos corretos para a consolidação do que ainda deve ser feito para que o território seja ocupado de forma correta, evitando-se o desestímulo e especialmente o êxodo rural. A avaliação das experiências realizadas na Amazônia é um trabalho urgente, porque, quando se discute o "modelo amazônico", tem-se a oportunidade de garantir também o bem-estar de pessoas que estão a muitos milhares de quilômetros da região.

Mesmas pessoas e grandes importadores europeus que começam a exigir selo especial de garantia em muitos produtos gerados na região amazônica, que devem, obrigatoriamente, ser originados de projetos auto-sustentados, especialmente aqueles relacionados com madeiras de lei e da flora em geral. Uma preocupação ecológica que reflete tendência mundial de preservação.

Consolidar o que de correto existe, com a soma das atividades da iniciativa particular e governamental, além da administração eficaz dos pólos de desenvolvimento e de serviços, são ações precisas que devem nortear o trabalho futuro na região amazônica. Para isso, a cooperação internacional é fundamental, através de apoio financeiro

e tecnológico, na ansiosa procura de novas atividades, como o eco-turismo, agricultura perene e prestação localizada de serviços.

Nessa proposta global, a sociedade terá um papel fundamental. Na cobrança e na fiscalização de todas essas ações e na descoberta potencial das vocações naturais. Na força para mudar o perfil governamental, que muitas vezes teima e insiste no desestímulo.

E na formação de pessoal habilitado para atuar de forma consistente na formação educacional do povo da região, único caminho correto para o desenvolvimento de um país.

* Presidente da Associação dos Empresários da Amazônia.